

“É QUE NARCISO ACHA FEIO O QUE NÃO É ESPELHO”: A CARTA DE CAMINHA E AS REPRESENTAÇÕES DE MUNDOS DISTINTOS

Rita de Cássia A Pacheco Limberti¹

Resumo: Este é um trabalho de análise de discurso que tem como objeto A Carta de Pero Vaz de Caminha. A análise identifica os procedimentos discursivos pelos quais a imagem do índio é produzida e reproduzida, enfatizando as questões enunciativas (temporais e espaciais) e semânticas (figurativizações), apresentando-se como um relicário de significações e imagens, de construções discursivas e narrativas. Nela estão registradas, por meio dos relatos, a imagem de um espaço (um lugar, o Brasil), de seus atores (seus habitantes, os índios), num determinado tempo (início do século XVI). As informações disseminadas na Carta dão conta, ainda, de revelar a visão de mundo, as concepções ideológicas e as normas sociais do homem europeu daquela época.

Palavras-chave: discurso; Carta de Caminha; índio.

Abstract: This is a work of discourse analysis that has as its object the Letter of Pero Vaz de Caminha. The analysis identifies the discursive procedures by which the image of the Indian is produced and reproduced, emphasizing enunciation questions (temporal and spatial) and semantic (figurativizações), presenting as a reliquary of meanings and images, narratives and discursive constructions. In it are registered by means of reports, the image of a space (a place, Brazil), its actors (their inhabitants, the Indians) in a given time (early sixteenth century). The information disseminated on the Letter also reveal the worldview, ideological conceptions and social norms of the European man of that time.

Keywords: discourse; Letter of Caminha; indian.

Apresentação

A Carta

“A Carta de Pero Vaz de Caminha”
não é uma carta
nem é de Caminha.

“A Carta” é um mundo inteirinho
encerrado em pergaminho.

Caminha, mais do que ele,
era o homem europeu
daquele início de século,
ocaso da Idade Média,
em busca de luz e trégua.

¹ Doutora em Semiótica e Linguística Geral, docente da UFGD.



Doce sofreguidão
De encontrar novo “centrismo”,
Mais humano que divino,
Velas buscando luz.

Outras plagas, praias, gentes,
plantas, bichos, cores, cheiros,
todos eles – continente
de papel, espanto e pena.

Mais que espanto, imaginário,
homologado, cumprido,
existe mesmo o paraíso
que outra pena escreveu!

A notícia pegou rumo
Insuflada pelos ventos
Foi a nau de mantimentos,
mensageiro improvisado,
singrando o mar ao contrário...

Transbordante conteúdo,
deixando rastro na espuma,
marcando a história a miúdo,
de costumes, gostos, fês...

Segredos soltos no vento,
atiçando os portugueses,
os holandeses, franceses,
toda sorte de intrusos
a partilhar o usufruto
das terras de mais ninguém.

Os tempos lavraram ata:
fez intrusos os habitantes,
estranho enredo invertido
de personagens e leis...

O mundo sabe de tudo,
das verdades, golpes duros.
Só não decifra o enigma
de lançar tantos estigmas
no que sequer compreendeu.

(LIMBERTI, 2012, p.17)

A Folha de São Paulo, ao publicar um suplemento especial, em abril de 1999, sobre A Carta de Pero Vaz de Caminha, conta com a colaboração de Carlos Rosa para fazer a apresentação:

O principal documento do descobrimento do Brasil nasceu da pena de Pero Vaz de Caminha, amigo do rei de Portugal, D. Manuel I, e por ele indicado para viajar como cronista da viagem na nau capitânia, ao lado de Pedro Álvares Cabral. Caminha fez

anotações durante 54 dias, desde a partida da enorme esquadra de 13 navios do porto do Restelo, em Lisboa, em 9 de março de 1500, até 1º de maio. Depois as reescreveu em 14 folhas de papel florete com a mestria de quem sabia captar e transmitir o pitoresco e o interessante, com detalhe, poesia e muitas vezes ironia, num tom quase coloquial. Poupa o rei de detalhes técnicos da viagem e mistura fatos a opiniões suas para descrever um Éden com água e árvores em profusão, habitado por homens ‘todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas’, inocentes e dóceis. Não há no relato nenhum indício que confirme a antiga tese de que a esquadra de Cabral teria descoberto o Brasil casualmente, devido às ‘calmarias’.

Junto a vários outros relatos remetidos a El-Rei, a ‘Carta’ seguiu para Portugal em 2 de maio, nas mãos de Gaspar de Lemos, comandante da nau de mantimentos da esquadra. Caminha partiu com o restante da frota de 11 navios em sentido contrário, em direção às Índias das cobiçadas especiarias.

Ao contrário do relato de um piloto anônimo da esquadra, que foi publicado em 1507, D. Manuel nunca mandou divulgar a ‘Carta’, talvez por seu tom pessoal. Mas atendeu ao pedido do escrivão feito nas últimas linhas: Jorge de Osório, genro de Caminha, foi libertado do degredo na ilha de São Tomé. (ROSA, 1999, p.2)

Mais arrebatado, o historiador Eduardo Bueno complementa a apresentação com novos dados:

Sua ‘Carta’ é uma profissão de fé; é um relatório minucioso e uma reportagem repleta de frescor. É um tratado antropológico e uma utopia plausível. Nos recorda a chance perdida, mas mantém nossa esperança num futuro mais luminoso. Obra-prima ressonante e imagética, foi tecida com a matéria de que são feitos os sonhos. A ‘Carta’ de Caminha também foi seu testamento: sete meses e meio depois de redigi-la, ele morreu na longínqua Índia, sem jamais retornar a Portugal (BUENO, 1999, p.1).

Jaime Cortesão, grande historiador português, ao esclarecer os processos de adaptação que operou na Carta para que ela pudesse ser lida e interpretada adequadamente, coloca em nossa mão o farolete tão necessário para percorrer o obscuro terreno que é nossa própria língua em outro espaço e em outro tempo.

Por nossa parte, esforçamo-nos por conservar tanto quanto o permitem a clareza e correção literária, exigidas pelo leitor comum, a graça tão saborosa do original, essa dicção arcaica e, sem embargo, tão fresca de Primitivo da Arte de escrever. Incluindo nesta Coleção a ‘Carta’ de Caminha e considerando-a obra clássica, não o fizemos apenas pela sua expressão humana e humanística, mas – já o dissemos – como obra-prima literária dum gênero muito português e muito quinhentista: as cartas-narrativas de viagens, dirigidas a El-Rei, e em que se colhem na espontaneidade nativa das emoções a força íntima dos caracteres e modos de a dizer.

Por isso mesmo, certas expressões guardam em si e por forma inseparável a candura, a humildade ou o fervor que as ditou – aquele travo humano que a personalidade e a época vazam, ainda mais que nas palavras, na sua urdidura em frases.

Conservar o mais possível a contextura e o ritmo da linguagem de Caminha, aquilo que Fernão de Oliveira chamava ‘a música natural’, afigurou-se-nos não só dever de probidade e bom gosto literário mas de piedade e respeito pela alma que a compôs (CORTESÃO, p.4).

A Carta apresenta-se, assim, como um relicário de significações e imagens, de construções discursivas e narrativas. Nela estão registradas, por meio dos relatos, a imagem de um espaço (um lugar, o Brasil), de seus atores (seus habitantes, os índios), num determinado tempo (início do século XVI). As informações disseminadas na *Carta* dão conta, ainda, de revelar a visão de mundo, as paixões, as concepções ideológicas e as normas sociais do homem europeu daquela época.

De como foi escrita a carta

Neste trabalho, faz-se um exame das influências do universo ideológico na produção de sentido, considerando, na Carta, as estratégias discursivas de que o sujeito não-índio se vale para construir a imagem do índio, observando-se as ocorrências de um discurso regido pelas normas sociais e concepções ideológicas daquele momento.

“Politicamente correto” é o termo empregado para exprimir a adequação de uma ação ou de um discurso à ideologia vigente num determinado espaço, num determinado tempo. A existência de jargão indica a existência de mecanismos de controle, alguns dos quais desempenham a função de censores, uns mais ostensivos, outros mais discretos, que balizam e preservam esse patrimônio de conceitos erigido socialmente (ideologia) e, conseqüentemente, estabilizam e estabelecem suas normas. Tudo isso se processa na e pela linguagem, que, por sua vez, apresenta os mesmos mecanismos de estabilização. É na linguagem, veiculada pela materialidade da língua e outros sistemas sógnicos, que o conjunto de normas ideológicas paira subliminarmente, tornando-se, por sua própria natureza, de apreensão mais sutil.

O termo ideologia é tomado acima no sentido positivo e antropológico que lhe dá Dumont (1966, p.15):

Le mot ‘idéologie’ désigne communément un ensemble plus ou moins social d’idées et de valeurs. On peut ainsi parler de l’idéologie d’une société, et aussi de celles de groupes plus restreints [...].

Esse conceito não deve ser entendido no sentido restrito de homogeneização dos agentes, de seus pensamentos e ações, mas, sobretudo, como o gerador do senso comum e do sistema de crenças próprias a um grupo.

As concepções ideológicas vigoram no seio de um dado grupo por uso, de modo a configurar-se em ciclos: há o momento de “desestabilização” das normas vigentes (novos valores discretizados historicamente), seguido de sua ênfase pelo uso e, conseqüentemente, de sua homologação como norma, que, por sua vez, passa a vigorar de maneira estável, tendendo a neutralizar-se com o tempo. A partir daí, a norma, plenamente

disseminada no discurso, começa a esvaziar-se de sentido, mantendo-se ativamente no nível da superfície, enquanto, no nível profundo, seu sentido vai ganhando opacidade. É exatamente nessa esfera que pretendemos analisar as “atualizações” das concepções ideológicas, a despeito do aspecto difuso e impreciso de seus contornos. (Balandier, 1985, p. 14).

Consideremos, a seguir, na Carta, as estratégias discursivas de que o sujeito não-índio se vale em seu discurso para construir a imagem do índio, observando as ocorrências de um discurso regido pelas normas sociais e concepções ideológicas do momento, ou seja, um discurso “politicamente correto”.

Ao longo de toda a narrativa, Caminha assume a tarefa de representar, por meio de descrições e narrações que constituem “escolhas” e percepções oriundas de sua escala de valores, regulada pelas normas da formação social a que pertence. Ao iniciar a carta, o escrivão da esquadra de Cabral parece ter consciência disso e das nuances de sentido que a subjetividade produz:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar –, o saiba fazer pior que todos. Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.” (CAMINHA, 2001, p. 8) (grifamos)

As variedades linguísticas ainda não haviam sido institucionalizadas pela gramática, como adverte Cortesão (1999, p. 5) no prefácio da Carta adaptada por ele, na publicação da Folha de São Paulo:

Não esqueçamos que a primeira gramática da língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira, data, como já dissemos, de 1536. O idioma, mal afeiçoado à latinização do Renascimento, permanecia na fase de elaboração espontânea e popular.

Tal afirmação é uma advertência para o fato de que a preocupação que Caminha manifesta logo nos primeiros parágrafos da carta não é com a língua: “... o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar –, o saiba fazer pior que todos.” (Caminha, 2001, p.8) (grifamos), mas sim com a fidedignidade de seu relato e com o estilo, fazendo alusão ao fato de outros componentes da esquadra também serem destinadores de informações ao rei:

Posto que o capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza... Da marinagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a

Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado.”
(CAMINHA, 2001, p.8)

Por meio dessa última alusão, com dissimulações de modéstia, “... o saiba fazer pior que todos... / ... porque não o saberei fazer, “... Caminha (2001, p.8), por oposição, coloca-se como o relator oficial da expedição “... não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza ...” (grifamos) e instaura a sua carta como o documento detentor dos assuntos e das informações que realmente interessam ao rei, tornando as outras notícias irrelevantes: “Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado.” (Caminha, 2001, p.8)

Ao declarar “*não saber fazer*”, antes que modéstia, é uma mostra de que tal missão não é de sua competência e de que os critérios de escolha do escrivão da frota por parte do rei atenderam a outros interesses.

Na Apresentação da Carta de Pero Vaz de Caminha, Carlos Rosa (1999, p.2) nos conta que

O principal documento do descobrimento do Brasil nasceu da pena de Pero Vaz de Caminha, amigo do rei de Portugal, D. Manuel I, e por ele indicado para viajar como cronista da viagem na nau capitânia, ao lado de Pedro Álvares Cabral. (grifamos),

ao que Eduardo Bueno (1999, p.3), em introdução da mesma publicação, acrescenta:

Filho da pequena nobreza lusa, mero contador, ligado à natureza prática das coisas e acostumado a reconhecer o poder do dinheiro, Caminha se revela muito mais do que um homem de números ou de letras. (grifamos)

Todos esses indicadores elencados nos dois parágrafos anteriores reiteram a ideia do papel da esquadra como uma microrrepresentação da hierarquia social lusitana, pois deixam transparecer nitidamente a distinção entre os papéis de cada membro. O critério do rei, ao compor a esquadra, estabelece essa hierarquia, delegando poderes e atribuindo missões: uma forma velada de conservar antigas e firmar novas alianças. Caminha era “*amigo do rei*”: “filho da pequena nobreza lusa”, “ligado à natureza prática das coisas e acostumado a reconhecer o poder do dinheiro” (BUENO, 1999, p. 3).

Reformulando essa última qualidade, dir-se-ia que Caminha conhecia o trânsito dos valores da realeza e os partilhava com ela. Ao dirigir-se ao monarca, na Carta, para narrar a primeira visita de dois índios à nau capitânia, ele revela, no nível da superfície do discurso, os valores que estão por trás de sua interpretação e o compromisso, em sua missão, de produzir uma significação pré-concebida:

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. (CAMINHA, 2001, p.13) (grifamos)

Ao procurar “bem contar e bem falar”, Caminha procura fazer jus à posição de escrivão da esquadra que viaja na nau capitânia, procura legitimar seu lugar no seio do grupo privilegiado da nobreza lusitana, contribuindo para consolidar o poder da ideologia e, ao mesmo tempo, sendo subjugado por ele.

Dessa forma, A Carta de Pero Vaz de Caminha comporta esses processos de manifestações da norma social.

O outro lado da norma social

A norma social pode ser tomada, por procedimento, como justificativa de práticas consideradas escusas pelos valores vigentes, que se legitimam, contudo, em nome da própria norma a que foram atreladas. Observemos alguns desses procedimentos e suas manifestações linguísticas na Carta de Caminha.

O que se tem, a princípio, é uma configuração da esquadra enquanto uma microrreprodução da hierarquizada sociedade portuguesa do século XVI: a nobreza, o clero, a plebe, alojadas na nau capitânia ou na nau de mantimentos, segundo a classe social a que pertencem. O rei é representado pelo Capitão-mor; a nobreza, pelos outros capitães; e as outras camadas sociais inferiores fazem-se representar pelos braçais e pelos pilotos, encarregados das tarefas de menor relevância, considerando-se que as notícias realmente importantes para o rei eram relacionadas às terras descobertas e não às informações técnicas a respeito da navegação, conforme citamos anteriormente:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova [...]” [...] “Da marinhagem e singraduras do caminho não darei conta aqui a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. (CAMINHA, 2001, p.8) (grifamos)

O poder do rei foi delegado ao Capitão-mor: “... ao monte alto o Capitão pôs o nome – o MONTE PASCOAL e à terra – a TERRA DE VERA CRUZ.”... “Mandou lançar o

prumo.”(Caminha, 2001, p.12), que, por sua vez, delega-o em escala aos outros membros: “E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso...” (Caminha, 2001, p.12) (grifamos), no interior dessa microrreprodução social:

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. (CAMINHA, 2001, p.19), E tanto que as naus quedaram ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas,...E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a quem chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. (CAMINHA, 2001, p. 25)

O Capitão define, assim, os papéis sociais, recategorizados a partir dos papéis que tais sujeitos desempenhavam na sociedade em Portugal. Certamente esses papéis determinaram, por sua vez, a eleição, pelo rei, dos membros da esquadra. Pode-se ter, pelos relatos paralelos, como, por exemplo, o de Eduardo Bueno (1999, p. 3),

Filho da pequena nobreza lusa, mero contador, ligado à natureza prática das coisas e acostumado a reconhecer o poder do dinheiro ... Caminha, amigo do rei de Portugal, D. Manuel I, e por ele indicado para viajar como cronista da viagem na nau capitânia, ao lado de Pedro Álvares Cabral

uma idéia do critério de seleção dos referidos membros e das negociações que a precederam e foram por ela desencadeadas:

E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que leva, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê.” (CAMINHA, 2001, p.133).

Ainda que Caminha não supusesse o quanto sua carta seria lida, e por quantas pessoas e tanto tempo após, o fato de o pedido de ordem pessoal de “fazer vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório”, seu genro, constar no corpo da carta e não ter sido enviado em separado, causa bastante estranheza, o que leva a crer que a naturalidade com que isso se deu deve-se às próprias normas sociais da época, que concebiam esse fato como natural. Entretanto, a leitura feita por Carlos Rosa (1999, p.2), na Apresentação da Carta, de que

Ao contrário do relato de um piloto anônimo da esquadra, que foi publicado em 1507, D. Manuel nunca mandou divulgar a Carta, talvez por seu tom pessoal. Mas atendeu ao pedido do escrivão feito nas últimas linhas: Jorge de Osório, genro de Caminha, foi libertado do degredo na ilha de São Tomé.

faz crer que a norma que levou Caminha a incluir o pedido pessoal na carta do relato oficial da expedição pertence à esfera restrita dos valores mercantis e econômicos, partilhada por seus pares, diferentemente da norma social “oficial”.

Hierarquias sociais e estratégias identitárias

Como já foi dito, a esquadra de Cabral é uma microrreprodução hierarquizada da sociedade portuguesa do século XVI, que se constituiu e deslocou-se no espaço para estabelecer-se, ainda que provisória e temporariamente, em face de uma outra formação social. É preciso fazer uma reflexão a respeito da função simbólica e das significações indiciadas na Carta. Primeiro índice: na abertura do documento, Caminha (2001, p. 8) emprega, ao referir-se à terra recém-descoberta, o pronome possessivo *vossa*, para designar a posse da terra por parte da Coroa Portuguesa: “Posto que o capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova,...” .

Tal procedimento revela, em primeiro lugar, que a expedição não considerava, de antemão, um empecilho o fato de as terras a ser encontradas serem já habitadas e, conseqüentemente, já terem donos (ainda que consideradas as discrepâncias entre os conceitos de propriedade). Em segundo lugar, que o período compreendido entre 22 de abril, data em que a esquadra travou contato com a nova terra e seus habitantes, e 1º de maio, data em que foi escrita a carta, portanto nove dias, foi suficiente para que a posse da terra fosse tida como certa, suposição baseada na observação e no comportamento dos índios.

... tomavam alguns barris que nós levávamos: enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todos chegassem à borda do batel. Mas junto a ele, lançavam os barris que nós tomávamos; e pediam que lhes dessem alguma coisa. Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queria dar. (CAMINHA, 2001, p. 27);

... Muitos deles vinham estar com os carpinteiros... (CAMINHA, 2001, p. 84);

Era já a conversação deles connosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.” (CAMINHA, 2001, p. 85);

... Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos,...(CAMINHA, 2001, p. 104);

...E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. (CAMINHA, 2001, p. 105) (grifamos).

A Igreja, instituição marcadamente reproduzida nessa extensão da formação social portuguesa, tem o papel de legitimar o caráter altruísta da expedição, bem como o de respaldar, com ações em paralelo (missas, pregações e catequização), a institucionalização do poder dos portugueses sobre a nova terra.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir e ouvir missa e pregação naquele ilhéu. ... mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo Pe. Fr. Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.” (CAMINHA, 2001, p.34);

...Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.” (CAMINHA, 2001, p.35) (grifamos); Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela.... (CAMINHA, 2001, p. 99).

Observe-se que a espontaneidade que Caminha atribui à adesão dos índios ao culto religioso produz um efeito de sentido de competência por parte dos portugueses de buscar tal adesão.

Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. (CAMINHA, 2001, p. 37);

Ali disse missa o Pe Fr. Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram connosco a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós. (CAMINHA, 2001, p. 99);

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram connosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãps levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção. (CAMINHA, 2001, p. 100);

...Um deles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos.” (CAMINHA, 2001, p. 102).

No nível da superfície do discurso, os índices da presença da Igreja Católica (o calendário cristão): “... terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de Abril ...”

(Caminha, 2001, p. 6), a confecção da cruz: “Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou.” (Caminha, 2001, p. 83), a primeira missa: “Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. [...] E assim foi feito.” (Caminha, 2001, p. 34), a fé cristã:

Acabada a missa, desvestiu-se o padre ... E pregou uma solene e proveitosa pregação [...] conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção” (CAMINHA, 2001, p. 118)

mantêm o eixo de significação da retidão e da probidade, dos ideais humanistas acima dos interesses econômicos. Estes, por sua vez, concorrem na superfície do discurso, configurados pelas informações prestadas por Caminha, que cumpre o contrato implícito que Sua Majestade propôs ao homem “ligado à natureza prática das coisas e acostumado a reconhecer o poder do dinheiro ...” (Bueno, 1999, p. 3):

E nessa maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo. (CAMINHA, 2001, p. 132).

Fica bastante evidente, na Carta de Pero Vaz de Caminha, que os valores da norma social vigente são empregados como estratégia de neutralização dos efeitos negativos de sentido que o percurso narrativo da expedição de exploração pode produzir (busca de ampliação do poder econômico, negociações de influências, predominância dos interesses materiais sobre os de ordem humanitária). Caminha inaugura seu discurso confessando sua preocupação com a fidedignidade de sua narrativa, assegura seu lugar dentro da hierarquia entre os membros da expedição, marcando sua competência como um valor do meio social a que pertence. Em seguida, vai traçando, lado a lado, o percurso de sentido dos interesses do poder econômico e o percurso temático das propostas altruístas de estender a fé cristã.

Caminha assume ter o olhar direcionado pelos interesses econômicos

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender.” (CAMINHA, 2001, p. 22) (grifamos)

e ao mesmo tempo mantém, na superfície do discurso, os valores da norma ideológica vigente:

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. (CAMINHA, 2001, p. 34);

... Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho. (CAMINHA, 2001, p. 35);

... o padre ... pregou uma solene e proveitosa pregação do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. (CAMINHA, 2001, p. 36);

... Acabada a pregação, voltou o capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. (CAMINHA, 2001, p. 38) (grifamos).

Outros componentes vão tecendo o fio do discurso dos interesses econômicos

... demandávamos acerca douro, que nós desejávamos saber se na terra havia. ... Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. (CAMINHA, 2001, p. 107);

Esta terra, Senhor, me parece [...] tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. (CAMINHA, 2001, p. 126);

... Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. (CAMINHA, 2001, p. 127);

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou de ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, ... (CAMINHA, 2001, p. 128);

“[...] Águas são muitas: infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.” (CAMINHA, 2001, p. 129) (grifamos).

Enquanto isso, a norma vigente mantém em cena, como um álibi, os alicerces morais de sua arquitetura: a fé, a religião, a Igreja Católica:

Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou. ... Quando saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos direitos à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos em joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la. Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. (CAMINHA, 2001, p. 103);

E portanto, se os degredados, que aqui hão-de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão-de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu

bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. (CAMINHA, 2001, p. 105);

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim. (CAMINHA, 2001, p. 106);

... o padre ... pregou do Evangelho e dos Apóstolos, cujo é o dia, tratando, ao fim da pregação, deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, o que nos aumentou a devoção. (CAMINHA, 2001, p. 118) (grifamos).

Os valores, socialmente estabelecidos, podem sê-lo tanto no nível social mais abrangente, da sociedade como um todo, quanto no nível dos subgrupos formados a partir de interesses comuns. No nível da sociedade como um todo, são produzidos os valores que compõem o discurso “politicamente correto”, enquanto os subgrupos produzem uma escala de valores particular, que os recategoriza e os (re)hierarquiza. Os subgrupos podem ser formados por privilégios ou por marginalidade, de maneira que, enquanto os subgrupos formados por marginalidade veiculam seus valores num discurso à parte, situação que homologa sua condição de marginalidade e reitera seu sentido de oposição, os grupos formados por privilégios dissimulam sua escala de valores, tentando legitimá-la, alojando-a nas brechas de sentido do discurso vigente. A nobreza lusitana é um desses subgrupos formados por privilégios e Pero Vaz de Caminha constrói, em sua carta, o inventário de seus valores, disseminado no inventário da formação social a que pertence.

Em meio a reiteradas ocorrências dessa estratégia discursiva, duas a ilustram com bastante propriedade. Uma delas é o momento em que Caminha se refere à facilidade que ele supõe haver em tornar os índios cristãos, produzindo, nessa suposição, por meio de uma ambivalência semântica, um duplo efeito de sentido: o de cristianização propriamente dita, que se apresentou no texto como uma vontade de Sua Alteza, e o efeito de dominação e subjugo, que se intersecciona semanticamente com o efeito de sentido anterior, na medida em que a situação de cristianização favorece a situação de dominação:

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os baptizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram ambos. (CAMINHA, 2001, p. 121) (grifamos)

A segunda ocorrência selecionada para ilustrar a referida estratégia situa-se no final da carta, quando, ao enumerar as potencialidades econômicas da nova terra, Caminha vale-se do movimento ascendente que a enumeração imprimiu aos sentidos, para culminar com o item de valor moral, que, ao deslocar-se da sequência semântica que o antecede, por oposição neutraliza-a e adquire o valor máximo da escala configurada:

Esta terra, Senhor, me parece ... Tem ... barreiras ... a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. (CAMINHA, 2001, p.126);
Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande ... (CAMINHA, 2001, p.127);
Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal [...] Porém a terra em si é de muito bons ares ... (CAMINHA, 2001, p.128);
Águas são muitas: infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. (CAMINHA, 2001, p.129);
Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (CAMINHA, 2001, p.130) (grifamos).

A naturalidade com que ele insere tal enunciado num macro-enunciado de um meio sociocultural mais abrangente pode exercer, entre outras, a função simbólica de produzir um efeito de sentido de neutralidade, por meio de disseminação, significando uma socialização interessada antes na adesão que na aceitação, ou seja, o valor socializado deve ser aceito pela macroestrutura social e incorporado à sua escala de valores e às suas práticas. Tal procedimento discursivo homologa a propriedade que o discurso tem de produzir e reproduzir, de espelhar as concepções ideológicas das formações sociais que o produzem, assim como suas relações entre si.

A importância da *Carta* extrapola a condição de registro para situar-se no fato de ela ser o lugar onde se constrói e onde se apreendem uma dada realidade e a identidade da formação social a que seu enunciator pertence.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANDIER, G. *Anthropo-logiques*. Paris: Le Livre de Poche, 1985.
- BUENO, Eduardo. *A carta do descobrimento*. Folha de São Paulo, Edição Especial. São Paulo, 1999, p.1.
- CAMINHA, P. V. A carta. In: TUFANO, D. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Moderna, 2001.
- CORTESÃO, J. (adap.) *A carta do descobrimento*. Folha de São Paulo, Edição Especial. São Paulo, 1999, p. 4-6.
- DUMONT, L. *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard, 1966.



LIMBERTI, R. C. P. *Imagem do índio: discursos e representações*. Dourados: Editora da UFGD, 2012.

ROSA, C. *A carta do descobrimento*. Folha de São Paulo, Edição Especial. São Paulo: 1999, p.2-3.